

Covas planeja vender ações do Banespa

Com o fim da intervenção, idéia é mudar banco e ter participação de empresas, prefeituras e correntistas

SUELY CALDAS

Devolvido para o governo de São Paulo, o Banespa passará por profundas mudanças para se transformar num banco público, com ações pulverizadas entre futuros acionistas, cujo interesse comum hoje é usar a instituição para desenvolvimento de seus negócios e de São Paulo. Esse é o objetivo do governador Mário Covas, que se compromete, desde já, a vender ações do governo paulista no Banespa a prefeituras, indústrias privadas, produtores agrícolas, enfim, a todo o conjunto de correntistas e tomadores de empréstimos que precisam do banco para investir em negócios ou projetos de natureza social.

Em entrevista ao **Estado**, Covas esclareceu que essa nova modelagem não significa que o Banespa

vai subsidiar políticas públicas do governo estadual ou de prefeituras e tampouco empréstimos de empresas privadas com participação acionária. "Vamos pulverizar o máximo possível as ações, buscaremos parceiros em todos os setores econômicos interessados no desenvolvimento de São Paulo, mas para ter lucro o banco não pode mais sustentar créditos subsidiados", argumentou.

Garantias — Quando uma prefeitura ou o próprio governo do Estado necessitarem de dinheiro a custo subsidiado, para desenvolver projetos de interesse econômico ou social, terão de oferecer em garantia suas receitas tributárias para bancar a parcela subsidiada, esclareceu o governador. Essa parcela terá de ser programada no próprio orçamento da prefeitura ou do Estado, evitando, assim, desculpas para a inadiplência.

"Nunca estivemos tão próximos do fim, mas a assinatura do acordo ainda não sairá esta semana e na outra também não arrisco ga-

rantir", informou Covas a respeito da data da assinatura do protocolo que dará fim à intervenção do Banco Central no banco, que ontem completou onze meses. A direção do BC e o governo do Estado ainda trabalham na definição de condições básicas para dar a versão final do protocolo.

Embora o BC informe que o Estado dará 51% de suas ações no Banespa em garantia ao empréstimo de R\$ 6,5 bilhões do Tesouro Nacional, Covas garante que o porcentual não está ainda definido. Abrir mão de meta-

de mais uma das ações pode implicar, no futuro, a perda do controle acionário do governo paulista e a privatização do banco, caso o empréstimo não seja pago.

Covas avisa que embora alguns pensem o contrário a seu respeito, ele não tem nenhuma posição doutrinária contra a privatização,

mas pondera que "é uma loucura" falar nesse assunto agora. "Quem diz isso não sou eu, mas os bancos privados consultados pelo presidente do BC, que desaconselharam a privatização por considerá-la inviável no caso do Banespa."

Para evitar que o dinheiro do Banespa volte a ser usado com finalidades políticas, para financiar campanhas eleitorais ou conceder créditos de recebimento duvidoso, a fórmula acertada no protocolo foi mudar o estatuto do banco para garantir que a próxima e as futuras ad-

CRÉDITOS
SUBSIDIADOS
TERÃO REGRAS
MAIS RÍGIDAS

ministrações sejam profissionalizadas, explicitando que o acionista controlador — o governo de São Paulo — não terá ingerência política no Banespa. Covas confia que esse instrumento, por si só, será capaz de impedir o uso político do banco em futuras administrações, mesmo que mal-intencionadas.